

CPI devassa contas dos “amigos” de empreiteira

CLÁUDIA CARNEIRO

A CPI do Orçamento deve aprovar hoje a quebra do sigilo bancário de dez dos onze parlamentares cujos nomes são acompanhados por percentuais — interpretados como suposto pagamento de propinas — nos documentos apreendidos na casa do diretor da construtora Norberto Odebrecht, Airton Reis, que também terá suas contas bancárias investigadas. O deputado Pedro Irujo (PRN-BA), cujo nome em um documento é seguido da indicação “4%”, já estava com o sigilo quebrado por ter sido anteriormente denunciado.

Numa compilação de dados do material apreendido, a CPI relacionou ainda outros oito parlamentares citados nos documentos da Odebrecht relacionados a obras executadas pela empresa ou a emendas inseridas no Orçamento. Além deles, outros seis parlamentares identificados na documentação já estão sendo investigados pela CPI.

O senador Jarbas Passarinho, presidente da CPI, adiantou que será discutida na próxima segunda-feira, a quebra de sigilo bancário dos funcionários públicos ligados a áreas importantes do Legislativo, por onde tramitam as emendas ao Orçamento, e também do Tesouro Nacional. Dos nomes divulgados ontem pelo senador, três aparecem na lista entregue à Polícia Federal pelo economista José Carlos Alves dos Santos. São o deputado Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP), Eraldo Tinoco (PFL-BA) e José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Percentuais — Os novos nomes que serão investigados pela CPI são os dos deputados Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), Mussa Demes (PFL-PI), Osmânia Periera (PSDB-MG), Valdomiro Lima (PDT-RS); e dos senadores Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL) e Dario Pereira (PFL-RN). Tanto aos três primeiros citados por José Carlos quanto aos outros sete parlamentares são atribuídos percentuais relacionados a emendas, obras e órgão do Governo.

O levantamento da CPI inclui outros nomes de parlamentares citados na documentação autuada,

aos quais não estavam vinculados percentuais. São eles: senadores Almir Gabriel (PSDB-PA), Marlucê Pinto (PTB-RR), Josaphat Marinho (PFL-BA) e Affonso Camargo (PTB-PR); e os deputados Ivan Burity (PRN-PB), Roseana Sarney (PFL-MA), Fátima Pellares (PFL-AP) e Manuel Castro (PFL-BA). Os nomes dos deputados José Luiz Maia (PPR-PI), José Geraldo (PMDB-MG), Sérgio Guerra (PSB-PE), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), Cid Carvalho (PMDB-MA), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Pedro Irujo (PMDB-BA) e Paes Landim (PFL-PI), investigados pela CPI, também reaparecem nos documentos analisados.

Campanha — A CPI verificou que o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, e o senador Rui Bacellar são referidos como instrumentos de “presão política necessária face aos interesses regionais de salvar a obra” (da RFFSA).

O senador Jarbas Passarinho quis deixar claro que a divulgação dos nomes “não se tratava de uma sentença final de julgamento”, mas deveu-se aos fortes indícios de envolvimento, no esquema, da construtora Odebrecht.

